

DIÁRIO **OFICIAL**



Prefeitura Municipal
de
Tucano



ÍNDICE DO DIÁRIO

DECRETO

DECRETO Nº 073

DECRETO Nº 074

DECRETO Nº 075

DECRETO Nº 076

DECRETO Nº 077

PORTARIA

PORTARIA Nº 023/2021



DECRETO

DECRETO Nº 073



DECRETO Nº 073, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

“Dispõe sobre a anulação do Decreto nº 042/2021”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO – BA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Tucano, e

CONSIDERANDO que a servidora Mércia Santana da Silva é servidora do quadro efetivo municipal, no cargo de professora;

CONSIDERANDO a vedação da acumulação remunerada de cargos públicos, prevista no art. 37, XVI da CF/88;

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado o Decreto nº 042, de 12 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a nomeação da Senhora Mércia Santana da Silva como Coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial do Município de Tucano – Bahia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de janeiro de 2021.

Ricardo Maia Chaves de Souza Filho
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Comunique-se



DECRETO Nº 074



DECRETO Nº 075, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

*“Declara **Situação de Emergência** nas áreas do município afetadas por **estiagem** – **COBRADE, 1.4.1.1.0, conforme in/mi 01/2016**”.*

O Senhor RICARDO MAIA CHAVES DE SOUZA FILHO, Prefeito do município de Tucano, localizado no estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que o registro de baixo índice pluviométrico provocando estiagem ao longo dos meses, como altas temperaturas ambientais, ar seco, desertificação e redução hídrica nos mananciais; desabastecimento de água para população rural em decorrência de mais 90% das barragens públicas e privadas encontrarem-se sem água para consumo humano e animal; a perda da safra agrícola; devastação da caatinga; perda por parte da pecuária com grande redução do rebanho bovino e caprino; êxodo rural; e desemprego.

II – Que em decorrência dos seguintes danos: abastecimento de água potável nas áreas rurais em razão das barragens e aguadas terem baixado seu volume de água, prejuízos como incalculáveis como agricultura familiar, pastagens devastadas e redução significativa de rebanhos;

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

Av. Antônio Carlos Magalhães 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000 Fone 75 3272-2181
CNPJ nº 13.810.312/0001-02



DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Estiagem – COBRADE, 1.4.1.1.0**, conforme IN/MI N ° 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares



comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2021.

RICARDO MAIA CHAVES DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.

Av. Antônio Carlos Magalhães 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000 Fone 75 3272-2181
CNPJ nº 13.810.312/0001-02



DECRETO Nº 075



DECRETO Nº 075, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

*“Declara **Situação de Emergência** nas áreas do município afetadas por **estiagem** – **COBRADE, 1.4.1.1.0, conforme in/mi 01/2016**”.*

O Senhor RICARDO MAIA CHAVES DE SOUZA FILHO, Prefeito do município de Tucano, localizado no estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que o registro de baixo índice pluviométrico provocando estiagem ao longo dos meses, como altas temperaturas ambientais, ar seco, desertificação e redução hídrica nos mananciais; desabastecimento de água para população rural em decorrência de mais 90% das barragens públicas e privadas encontrarem-se sem água para consumo humano e animal; a perda da safra agrícola; devastação da caatinga; perda por parte da pecuária com grande redução do rebanho bovino e caprino; êxodo rural; e desemprego.

II – Que em decorrência dos seguintes danos: abastecimento de água potável nas áreas rurais em razão das barragens e aguadas terem baixado seu volume de água, prejuízos como incalculáveis como agricultura familiar, pastagens devastadas e redução significativa de rebanhos;

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

Av. Antônio Carlos Magalhães 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000 Fone 75 3272-2181
CNPJ nº 13.810.312/0001-02



DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Estiagem – COBRADE, 1.4.1.1.0**, conforme IN/MI N ° 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares



comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2021.

RICARDO MAIA CHAVES DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.

Av. Antônio Carlos Magalhães 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000 Fone 75 3272-2181
CNPJ nº 13.810.312/0001-02



DECRETO Nº 076



DECRETO Nº 076, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

“Dispõe sobre a nomeação da Diretora da Coordenadoria Pedagógica”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO – BA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Tucano,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora **JULIANA ANDRADE DO CARMO MARTINS**, para exercer o cargo em Comissão de Diretora da Coordenadoria Pedagógica do Município de Tucano-BA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro do corrente ano.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2021.

RICARDO MAIA CHAVES DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.



DECRETO Nº 077



DECRETO 077, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

***“DISPÕE DOBRE A ANTECIPAÇÃO da feira
livre no AMBITO MUNICIPAL.”***

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO – BAHIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas PELO Art. 75, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o feriado de carnaval;

DECRETA:

Art. 1º - Fica excepcionalmente antecipada para sexta-feira, a feira livre, no âmbito municipal, do dia 13.02.2021 para o dia 12.02.2021.

Art. 2º - Os efeitos do presente decreto não se aplicam às atividades classificadas como essenciais ao funcionamento do serviço público.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Tucano/BA, 28 de janeiro de 2021.

RICARDO MAIA CHAVES DE SOUZA FILHO

Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.



PORTARIA

PORTARIA Nº 023/2021



PORTARIA Nº 023, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO – BA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Tucano,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a servidora, **Tereza Cristina Arruda Xavier**, auxiliar de enfermagem, matrícula nº 7666, LICENÇA PRÊMIO, **quinquênio 2011 - 2016**, pelo prazo de 03 meses concernente ao período de 01 de fevereiro a 01 de maio de 2021, a ser gozada a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de janeiro de 2021.

RICARDO MAIA CHAVES DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

JOSÉ RONE BITENCOURT FERREIRA COSTA
Secretário de Administração e Finanças

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.